

Resumo:

A Ditadura Empresarial Militar marca a reorganização do Sistema Financeiro Nacional ocorrida em 1964 reflexo das disputas entre frações de classe que tem como resultado a consolidação da hegemonia da fração financeira da classe burguesa. Portanto, este trabalho tem como objetivo principal perceber a conjuntura econômica do Governo Castelo Branco a fim de que se possa perceber as bases do chamado ‚milagre econômico‘ que marca a consolidação do capital financeiro no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial Militar. Política Econômica. Burguesia Financeira.

Interpretações sobre capitalismo contemporâneo: entre imperialismos e mundialização

Várias interpretações acerca do capitalismo contemporâneo podem ser incorporadas aos trabalhos acadêmicos que permitam uma análise mais profunda da sociedade contemporânea. É muito comum, no entanto, que se encontre em trabalhos acadêmicos, e fora da academia, uma generalização a respeito da forma contemporânea do Estado capitalista.

Essa generalização perpassa por algumas formas de análise deste Estado, tais como: adoção da simples forma do capitalismo como Estado burguês, sem sequer tentar perceber qual fração burguesa detém a hegemonia do projeto estatal vigente; frequente análise da hegemonia norte-americana sem apresentar o contexto em que esta nação se apresenta quanto nação hegemônica da nova forma capitalista; análise do Estado contemporâneo de forma que este seja fruto de uma simples sequência de acontecimentos que tem a ver de forma mínima com a esfera econômica em que este está inserido e; análise que apresenta esfera econômica completamente externa ao Estado, e externa à política, de forma que durante a análise este Estado seja apresentado ora como Estado sujeito, ora como Estado coisa.

Portanto, o objetivo central deste tópico é perceber as principais interpretações deste Estado capitalista contemporâneo e construir um debate entre os autores de forma que, ao final deste capítulo, possamos nos posicionar frente ao cabedal teórico utilizado como pano de fundo das análises históricas que nos propomos a fazer nos capítulos seguintes.

Dentre os autores que trabalham com formas do capitalismo serão trabalhados alguns mais relevantes dentro da matriz teórica marxista como: Marx, Lenin, Poulantzas, François Chesnais, David Harvey e Virginia fontes. Utilizaremos Marx e Poulantzas de forma que estes

não entrarão no debate sobre imperialismo, mas como pontos de apoio a um debate secundário de conceitos, como capitalismo financeiro.

Lenin em *Imperialismo: a fase superior do capitalismo* (2008) adota como início de sua análise o ano de 1870, período em que as grandes nações se consolidavam quanto nações capitalistas e outras estavam em pleno fim de processo de unificação (especificamente Alemanha e Itália). Em sequência, entrariam em pleno processo de redistribuição de territórios na África e na Ásia, o que as apresentaria de fato como nações imperialistas.

O autor continua sua análise no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ¹ e encerrando sua análise no período entre guerras, mais exatamente no ano de 1924.

Lenin tem como objetivo principal “expor os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2008, p.15) para tanto o autor analisa a relação entre capital bancário e capital industrial no que culminaria o que Lenin chama de capital financeiro. Segundo Lênin,

O século XX assinala, pois, o ponto de transformação do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capitalismo financeiro (LENIN, 2008, P.46).

Portanto, a análise do capitalismo financeiro é base para a compreensão do sistema imperialista em pleno processo de consolidação desde fins do século XIX, segundo Lenin.

Para este autor o capitalismo financeiro é uma *união íntima*² entre capital bancário e capital industrial, isto é, uma correlação entre estas formas de capital para a sustentação do financiamento necessário às indústrias em pleno vapor no final do século XIX a nível mundial e início do século XX a nível de Brasil com o plano de industrialização do governo Vargas. Obviamente o dito autor não trabalha com a análise da conjuntura brasileira anteriormente mencionada, esta análise é feita por Virginia Fontes em *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010).

A autora parte do conceito do próprio Lenin de *união íntima* e elabora um novo conceito aplicável à conjuntura econômica do Brasil do século XX, a *união pornográfica*. Segundo Virgínia Fontes o que era uma “simples” união entre capital bancário e capital

¹ Esse episódio, aliás, ficou caracterizado como imperialista em algumas leituras na história. A Primeira Guerra Mundial teria surgido como disputa imperialista entre as nações, envolvendo desde territórios do Império Austro-húngaro a territórios franceses que culminariam nas guerras Austro-prussiana e Franco-Prussiana que ocorreram entre 1866 e 1871.

² Quando menciona em seu texto sobre união íntima, Lenin está tratando de união entre famílias possuidoras de capital bancário com famílias possuidoras de capital industrial. Esse termo será reutilizado por Virginia fontes em análise do Brasil Contemporâneo, no entanto, a autora o utilizará de forma adaptada.

industrial passa a ser uma mistura de relações econômicas entre as diversas formas de financeiras dispostas a financiar indústrias em todo país.

O capital financeiro analisado por Lênin não tem sua matriz, sua gênese de análise a partir de suas publicações, o próprio Marx já havia feito análise de uma forma de consórcio entre capitais que este acaba por caracterizar como capital financeiro.

No entanto, para Marx, o capital financeiro seria uma correlação entre capital industrial e capital mercantil, isto é, no processo de circulação do capital, esse capital entra em processo de transição, variando, entre capital dinheiro e capital mercadoria. Nas palavras de Marx, o dinheiro passa a efetuar,

[...] movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e, conforme podemos acrescentar agora, do capital comercial. (...) Esses movimentos (...) transformam esse capital em capital financeiro. (MARX. 1991. P. 363)

Então, durante o processo de circulação, segundo Marx, teríamos a constituição do capital financeiro, correlacionando capital industrial ao capital mercantil, enquanto para Lenin a correlação acontece de forma mais latente, para a constituição do capital financeiro, entre o capital bancário e o capital industrial.

Então, como já foi mencionado, o capitalismo financeiro é a forma hegemônica do modo de produção capitalista contemporâneo, forma esta pertencente à política de dominação imperialista que tem por objetivo a dominação através da inserção de capital de origem multinacional e transnacional em novos territórios.

Partindo desse princípio básico a respeito do imperialismo, temos novos debates sobre a forma conceitual que possa abarcar de forma mais eficaz essa nova lógica imperialista que em muito se difere da forma sustentada por Lênin no início do século XX.

A primeira análise conceitual a ser feita é utilizada por François Chesnais (2008) que também tem o capitalismo financeiro como hegemônico na forma capitalista contemporânea. No entanto, seu conceito não apresenta nomenclatura que resgate – à primeira vista – o conceito de imperialismo. No que tange ao conceito de capital financeiro utilizado por este autor, temos uma problemática central a ser discutida: Chesnais apresenta o capital financeiro de forma que este não se apresenta relacional, isto é, não é uma relação de sustentação entre capitais como ocorre em Lênin e em Marx, por exemplo. Segundo o autor,

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro

“puro” – beneficiam-se, então de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a metade (...). (CHESNAIS, 2008, p. 29. Grifos nossos).

Neste trecho supracitado, pode ser percebida claramente a análise do autor de forma que este polariza a atuação das formas contemporâneas do capital, isto é, segundo Chesnais a relação que ocorre entre estas formas é uma relação de dominação entre capitais, o que acaba por polarizá-las e não relacioná-las como bem fez Marx e Lênin em suas análises e, como faria também Virginia fontes.

Além da utilização do conceito de capital financeiro, o autor utiliza o conceito de *mundialização do capital*, ou seja,

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a “relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece, mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. (CHESNAIS, 2008, p. 30).

O conceito de mundialização do capital adotado pelo autor apresenta um equívoco: o conceito aparece como se as relações capitalistas tivessem entrado em um processo de internacionalização, ou mundialização, em meados do século XX, quando este processo é bem anterior, na verdade se origina no processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e no processo revolucionário burguês ocorrido na França na forma de Revolução Permanente iniciada em 1788 com a convocação dos Estados Gerais e se finda em 1851 com o Golpe de 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Ao contrário do que sustenta o geógrafo David Harvey, Chesnais acredita que “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS, 2008, p. 33).

No entanto, há que se perceber o caminho traçado pela forma contemporânea do capitalismo para então perceber seu núcleo de atuação e expansão. David Harvey (2004) se propõe justamente a fazer esta análise em *O novo imperialismo*. Nesta obra o autor tem como hipótese central que “o capital financeiro passou ao centro do palco nessa fase da hegemonia norte-americana” (HARVEY, 2004, p. 56).

O geógrafo trabalha com a longa duração à luz do materialismo histórico com o objetivo de “examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um ‘novo’ imperialismo poderia estar desempenhando (...)” (HARVEY, 2004, p. 10).

Para tanto, o autor utiliza termos como imperialismo, capital financeiro e hegemonia, alguns desses termos são problematizados ao longo da obra como o termo hegemonia que difere do termo utilizado por Antonio Gramsci.

O termo *hegemonia* aparece como sinônimo de liderança, isto é, não perpassa por uma análise do Estado Ampliado feita pelo filósofo italiano, aqui nesta obra o termo é sinônimo de *hegemon* que significa líder.

No que tange ao imperialismo, o autor se posiciona de forma que para este o termo mais eficaz a ser utilizado seria *imperialismo capitalista*. No entanto, o autor apresenta duas formas de interpretação do imperialismo contemporâneo. A primeira seria fruto de uma “fusão contraditória entre política do Estado e do Império” (HARVEY, 2004, p. 52) isto é,

Projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares. (HARVEY, 2004, p. 52).

A segunda interpretação tem por base que o imperialismo estaria relacionado a “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2004, p. 52), ou seja, o imperialismo é visto como “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2004, p. 52).

Esta segunda interpretação somada à interpretação clássica (principal aspecto: territorial) seria a mais eficaz forma de interpretação deste “novo” imperialismo analisado pelo autor, que apresenta os Estados Unidos no centro de disputas, sobretudo no Oriente Médio, mas que tem sua origem desde o pós-1945.

No mesmo recorte temporal temos a análise da historiadora Virginia Fontes (2010) no já mencionado livro *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* que propõe uma lógica do capital sustentada pela atuação de empresas transnacionais e multinacionais. A autora parte das análises de Estado capitalista propostas por Marx, Gramsci e Lenin reconfigurando conceitos ao contexto do Brasil Contemporâneo.

Segundo a autora o Capital-Imperialismo é a forma atual do Imperialismo em que a fração burguesa empresarial é a condutora do projeto econômico-político que atua em diversas instâncias do Estado Relação, isto é, partindo do pressuposto que o Estado capitalista contemporâneo é um Estado Ampliado que tem por base uma nova roupagem do capital financeiro.

Segundo Fontes essa nova roupagem do capital financeiro se dá pela explosão de conglomerados de financeiras que acontece no Brasil na segunda metade do século XX não havendo mais, como propunha Lenin, uma *união íntima*, mas, uma *união pornográfica* no sentido de que várias relações econômico-políticas acontecem paralelamente baseadas no que Marx caracterizou como *capital produtor de juros*.

Segundo Marx o capital produtor de juros “além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital” (MARX, 1991, p. 392), portanto sua função primeira de atuação na circulação ganha uma segunda forma de atuação.

Além disso, ao gerar lucro e conseqüentemente juro ao capitalista financeiro e a quem empresta – respectivamente – o capital dinheiro tem a capacidade de gerar mais dinheiro no âmbito de sua circulação.

Então, há que se considerar como fração dominante do capital imperialismo a fração financeira da burguesia que se utiliza de aparelhos tanto no âmbito da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia) quanto no âmbito da sociedade política (apropriação jurídica de aparelhos institucionais do Estado), além de combinar o uso “legítimo” da força (coerção) e o convencimento da população de suas ações (consenso).

Então, a partir do que foi apresentado, este trabalho tem por base que o Estado contemporâneo apresenta sua forma ampliada de acordo com a concepção gramsciana de Estado, isto é, as lutas ocorrem no seio da sociedade civil a partir da elaboração de projetos contra hegemônicos, com a utilização de Aparelhos Privados de Hegemonia de forma que este Estado é um “Estado-Relação”, portanto uma condensação de forças que, na ossatura material do Estado disputam esses projetos.

A imprensa local tem grande relação com o golpe Empresarial-Militar de 1964 no que tange à veiculação de notícias durante todo o regime ditatorial e seu posicionamento frente a esta. No que diz respeito ao uso do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia, este é pensado como fundamental na análise do jornal O Imparcial, que se pretende fazer neste trabalho, haja vista que o dito impresso é o segundo de maior circulação no Maranhão neste período e, portanto, ferramenta importante de compreensão da construção de consenso a respeito das diretrizes político-econômicas adotadas.

Além disso, a fração financeira atua de forma que no Estado Capital-Imperialista brasileiro esta fração se organiza na segunda metade do século XX, mais exatamente a partir de 1964 quando há a reforma do Sistema Financeiro Nacional no primeiro governo militar, e

se consolida quanto fração hegemônica a partir do período chamado de “milagre econômico” a ser analisado no terceiro capítulo deste trabalho.

Os antecedentes do “milagre econômico”: a reestruturação do sistema financeiro (1964 – 1966)

A partir de 1964, com o golpe classista Empresarial-Militar, uma nova fração burguesa passa a conduzir as diretrizes estatais em consonância com um grupo heterogêneo de militares que ditam novas formas de acumulação de capital baseado em planejamento econômico, isto é, não seria mais adotado um posicionamento imediatista frente às proposições econômicas a partir dali.

Enquanto no contexto internacional tinha-se uma consolidação do pensamento neoliberal, no Brasil toma-se uma postura de planejar em prol de um desenvolvimento econômico, mesmo que muitas vezes essas diretrizes estivessem alinhadas, em parte, com a ideologia neoliberal³, como a recessão necessária à (re) organização e a utilização da política monetária⁴ como um viés de solução à crise econômica.

Segundo Tomas Skidmore (1988) havia dois sérios problemas econômicos no Brasil no início da década de 1960: a) déficit crônico na balança de pagamentos por vários fatores: receita das exportações dependia de um único produto, o café; o nível das exportações estava estreitamente ligado ao crescimento industrial; outros níveis negativos: remessas de lucros,

³ A ideologia neoliberal surge durante a década de 1940, mais exatamente pós II Guerra Mundial, fazendo oposição ao socialismo e ao modelo econômico Keynesianista – também conhecido como Welfare state (Estado de Bem Estar Social) tendo este como base, segundo Fernando Ribeiro em *Friedman, monetarismo e Keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX*, “uma curiosa contradição”: a) uma economia de empreendedores; b) um papel de grande importância desempenhado pela moeda; c) a moeda com funções clássicas de ser meio de troca e unidade de conta; d) a moeda desempenha a função de reserva de valor. Então, fazendo frente a essas bases surge o pensamento neoliberal que tinha como dois dos grandes teóricos Milton Friedman e Friedrich Hayek. Hayek critica a ideia de que o “planejamento econômico pelo Estado é o caminho para combater as crises do capitalismo e inclusive salvá-lo dos regimes autoritários extremos, como o nazismo, à direita, e o socialismo, à esquerda”. (Spínola. 2004. P. 105). Portanto, a atuação estatal direta na economia não seria o real caminho ao combate às crises do capitalismo, ao contrário, deveria haver uma redução da atuação do Estado no âmbito econômico. Em 1947, como forma de organização do pensamento neoliberal, surge a sociedade de Mont Pelerin que tem como presidente o próprio Friedrich Hayek e como membro Milton Friedman. Este é o início do processo de consolidação do pensamento neoliberal a níveis mundiais, obviamente que esta consolidação se dá em períodos diferentes em cada localidade do Globo: Chile – década de 1970, Brasil – década de 1990, por exemplo. No entanto, desde o acordo de Bretton Woods realizado em setembro de 1946, isto é, em fins da II Guerra Mundial já se pensava “a forma que deveria ser dada para o novo Sistema Monetário Internacional” (Ribeiro, 2013, p. 61). Por fim, Friedman determina quais os papéis reservados ao estado, proposições estas que se tornariam as bases do pensamento liberal que tomariam proporções internacionais a partir da década de 1970: a) fornecer uma estrutura jurídica; b) proteger as liberdades individuais e a propriedade privada; c) garantir a execução de contratos livremente estabelecidos; d) fornecer uma estrutura monetária (RICHTER, 2009).

⁴ Segundo Vera Spínola política monetária seria um “conjunto de medidas adotadas pelo governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país”. (SPÍNOLA, 2004, p. 110).

amortização de empréstimos e repartição de capitais. b) a inflação que de 1949 a 1959 variou de 12% a 26%.

Ao longo da década de 1960 outros problemas se agregaram e se tornaram intoleráveis: o plano de estabilização de 1963 foi engavetado; a defesa por Goulart das reformas de base (SKIDMORE, 1988, p. 36-37).

Haja vista o desequilíbrio econômico que se atingiu em fins de 1963, a articulação golpista de longo prazo estava com o campo livre para a atuação da tomada do Estado através da Guerra de Movimento que deporiam Goulart em abril de 1964. A modernização conservadora se iniciava no período do regime Empresarial-Militar com a escolha dos novos dirigentes para as pastas da Fazenda e do Planejamento.

O general Castelo Branco⁵ assume a presidência da República em 1964 e começa o processo de reestruturação administrativa, que seria a característica principal de seu governo, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico. Para ministro da Fazenda foi escolhido Octávio Gouveia de Bulhões e na pasta do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Oliveira Campos⁶, ambos envolvidos diretamente na elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, grande responsável pela reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.

⁵ Segundo Thomas Skidmore (1988), o general Castelo Branco era líder do grupo da Sorbonne que tinha “oficiais estritamente ligados à Escola Superior de Guerra”, sendo este um “interessante produto de influências brasileiras e estrangeiras pois frequentou escolas de guerra na França e nos Estados Unidos” (SKIDMORE, 1988, p. 50).

⁶ Monica Piccolo em sua tese de doutorado intitulada *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso* (2010) faz o levantamento – a partir do dicionário histórico biográfico brasileiro – das atuações dos diversos agentes político-econômicos brasileiros, apresentando as informações em cinco blocos a fim de que se possa localizar estes agentes por meio de sua formação e relações com a sociedade civil e a sociedade política, a saber: formação acadêmica, atuação nas agências estatais, atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia, atividades profissionais e atuação político partidária. Dentre eles os condutores da política econômica de 1964 a 1967. **Octávio Gouveia de Bulhões: Formação acadêmica:** Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Faculdade de Direito do RJ); Doutorado (Faculdade de Direito do RJ); Especialização em Economia em Washington; Doutor Honoris Causa (EPGE-FGV). **Atuação nas agências estatais:** Diretoria Geral do Imposto de Renda do Ministério da Fazenda (1926); Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda (1939); Assessor Técnico do órgão Coordenação da Mobilização Econômica (1943); Membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Fazenda (1945-1948); Chefe dos técnicos brasileiros na Missão Abbink (1948); Membro do Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social (1946); Superintendente da SUMOC (1954-1955 / 1961- final de 1962); Membro do CNE e do CMN (1950-54; 1956-60); Membro do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal (1967); Presidente do Conselho de Administração da Ericson do Brasil; Presidente do Conselho de Diretoria do Unibanco; Presidente do Conselho Técnico de Administração do Banco de Investimento Credibanco; Membro do Conselho Consultivo do Banco Itaú; Membro do Conselho de Administração do Comind – Banco de Investimento, da Caemi e da Bayer do Brasil. **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio; Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros; CONSULTEC (1958); IPES. **Atividades profissionais:** Professor Emérito da UFRJ; Presidente COPEG (1971 a 1973); Presidente BEG (1971 a 1974); Presidente IBRE-FGV; Presidente do IBMC (1971- 1974); Presidente da Mercedes-Benz do Brasil; Diretor da Wilkinson Fiat Lux, Administração e Participação. **Roberto de Oliveira Campos: Formação acadêmica:** Teologia e Filosofia; Economia (EUA); Pós-Graduação (EUA). **Atuação nas Agências Estatais:** Itamaraty (1939); Assessor Econômico de Vargas (1951); Direção econômica do BNDE (1952-1953); Cônsul em Los Angeles (1953); Diretor-superintendente do BNDE (1955); Membro do Conselho

No processo de elaboração de políticas econômicas travestidas em planos de atuação, o fator primeiro de análise diz respeito ao diagnóstico inflacionário que tem como formas de análise três correntes principais: a) a ortodoxa, b) a heterodoxa e, c) estruturalista. A corrente ortodoxa enfatiza “o papel do desequilíbrio fiscal nos processos de inflação crônica⁷” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar os déficits fiscais e produzir um arrocho monetário” (CARDOSO, 2007, p. 115). A corrente heterodoxa enfatiza “o papel da inercia inflacionária criada por mecanismos de indexação endêmicos em economias que sofrem de inflação crônica” e para por fim à inflação seria necessário “eliminar a memória inflacionária a partir de um congelamento de preços, por exemplo” (CARDOSO, 2007, p.115). A corrente estruturalista foi elaborada por membros da CEPAL⁸ e aponta que

[...] estruturas inadequadas como a agrária, por exemplo, tornavam inelástica a oferta de alimentos e matérias-primas, o que significava elevação de preços nos centros urbanos. A deterioração das relações de troca provocaria déficits comerciais e do balanço de pagamentos, obrigando tais países a desvalorizações cambiais constantes, sendo estas outro alimentador do processo inflacionário (SANDRONI, 1999, p. 225).

Como subterfúgio à inflação com diagnóstico estrutural tem-se que deveria haver uma reestruturação de todo o sistema governamental em prol da resolução do problema inflacionário. A opção adotada por Roberto Campos e Octavio Bulhões tinha como base os preceitos da ortodoxia, portanto, as diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG caminhariam de forma a atingir a estabilização econômica⁹.

de Desenvolvimento (1956-60); Presidente do BNDE (1958); Embaixador Washington (1961); Embaixador em Londres (1974). **Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia:** Membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (1967-69). **Atividades Profissionais:** Presidente do Invest Banco (1968-72); Presidente da Olivetti do Brasil; Membro do conselho de administração da Mercedes-Benz (1972); Membro das juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris (1972-75) e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa (1973-76); Membro da Resources for the Future (1974/76). **Atuação Política Partidária:** Filiação ao PDS (1980); Senador (1982); Deputado Federal (1990); Filiação ao PPR (1993); Filiação ao PPB (1995). (PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Niterói: Tese de doutorado, 2010).

⁷ Gera mecanismos de indexação que perpetuam a inflação passada (CARDOSO, 2007, p.115).

⁸ “**Comissão Econômica para a América Latina.** Órgão regional das Nações Unidas, ligado ao Conselho Econômico e Social; foi criado em 1948 com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos. É integrado por representantes de todos os países do hemisfério e conta com a participação especial dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda. Tem sede em Santiago do Chile e promove uma conferência a cada dois anos para debater seus projetos e analisar a situação dos países-membros.” (SANDRONI, 1999, p. 90)

⁹ “Geralmente, o termo vem associado a políticas monetárias efetuadas por bancos centrais, para reduzir ou limitar as flutuações de uma moeda nacional nos mercados financeiros internacionais, comprando ou vendendo reservas de, ou para, outros bancos centrais”. (SANDRONI, 1999, p. 220).

Segundo Eliana Cardoso (2007) o PAEG tinha dois objetivos principais: acelerar o crescimento e baixar a inflação. Para que tais objetivos fossem alcançados seria necessária a utilização da correção monetária¹⁰ que, segundo Pastore e Pinotti, tinha atrelada a si algumas determinações: a) reformar o Sistema Financeiro Nacional; b) retomar os financiamentos de habitação; c) criação do F.G.T.S¹¹, PIS, PASEP¹²; d) reajustes salariais; e) controle de preços; f) aperfeiçoamento do imposto de renda¹³; g) reforma tributária de 1965: Imposto sobre o consumo (IC), Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto de vendas e consignações (IVC), Imposto sobre a circulação de mercadorias (ICM) – que levariam ao crescimento da arrecadação; h) criação do Banco Central; i) criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) para fixar os tetos para a expansão do crédito; j) alteração da política econômica com relação ao setor externo e, k) criação do sistema de subsídio às exportações. (PASTORE, PINOTTI, 2007, p. 30-31).

As determinações econômicas acima expostas contribuíram para o quadro de acumulação de divisas nos caixas governamentais, mas não seriam suficientes para a tão

¹⁰ A correção monetária foi criada em 1964 no governo de Castelo Branco e, segundo Paulo Sandroni em *Novíssimo dicionário de economia* (1999) , “Consiste na aplicação de um índice oficial para o reajustamento periódico do valor nominal de títulos de dívida pública (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) e privados (letras de câmbio, depósitos a prazo fixo e depósitos de poupança), ativos financeiros institucionais (FGTS, PIS, PASEP), créditos fiscais e ativos patrimoniais das empresas. Os índices de correção monetária são calculados de acordo com a taxa oficial de inflação, tendo por objetivo compensar a desvalorização da moeda”. (SANDRONI, 1999, p. 135).

¹¹ “**Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.** Fundo formado, no Brasil, por depósitos bancários feitos em nome dos empregados, para prover indenizações trabalhistas. Criado pelo governo federal em 13/9/1966, obrigou as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a depositarem até o dia 30 de cada mês, em conta bancária vinculada, 8% do salário de cada funcionário que renunciasse ao sistema de indenização até então vigente e optasse pelo fundo.” (SANDRONI, 1999, p. 238).

¹² “Fundo contábil de natureza financeira criado em 11/9/1975. Resultou da unificação do Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Fundo Único do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), ambos criados em 1970. Propõe-se a integrar o trabalhador à vida da empresa, garantindo-lhe participação nos lucros, criar um pecúlio para sua aposentadoria e arrecadar recursos para investimentos privados, sobretudo nas médias e pequenas empresas. É gerido por um conselho formado por quatro membros efetivos e quatro suplentes indicados pelo Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No PIS são cadastrados os trabalhadores empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores avulsos sem vínculo empregatício e os temporários. Não participam do PIS, mesmo com registro em carteira, os empregados domésticos e os trabalhadores rurais. Os empregados em repartições da administração pública federal, estadual e municipal (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista) são cadastrados no PASEP. Essa diferenciação dos beneficiários permaneceu até mesmo com a unificação dos referidos fundos. Os recursos do PIS são provenientes de contribuições mensais pagas pelas empresas (...)”. (SANDRONI, 1999, p. 460-161).

¹³ “Tributo cobrado das pessoas físicas e jurídicas sobre os rendimentos auferidos no exercício de suas atividades profissionais ou comerciais, ou ainda sobre os rendimentos resultantes da aplicação de seus capitais. O Imposto de Renda no Brasil foi criado pelo presidente Artur Bernardes, em 1922, sendo a primeira cobrança feita sobre o exercício financeiro de 1924. O Imposto de Renda é *direto* e *progressivo*, isto é, incide diretamente sobre uma pessoa física ou jurídica, e a taxa é progressivamente proporcional ao valor do rendimento. Por isso, é considerado o imposto mais justo. O sistema de arrecadação, apesar das constantes mudanças feitas, sustenta-se em duas bases: o *imposto arrecadado na fonte* e o *imposto lançado*. O imposto arrecadado na fonte é retido e recolhido pelas fontes pagadoras do rendimento, enquanto o lançado baseia-se na declaração do contribuinte”. (SANDRONI, 1999, p. 292).

almejada estabilização econômica e reordenação de todo o Sistema Financeiro Nacional que seria a ferramenta fundamental para que a nova fração burguesa empresarial de base principalmente financeira se articulasse no Estado Restrito brasileiro a partir de 1969.

No que tange à reestruturação do Sistema Financeiro Nacional temos a criação do Banco Central que “constituir-se-ia em um órgão deliberativo da política monetária em função do orçamento monetário através do qual eram fixados tetos para as operações ativas, cuja soma determinaria a expansão da base monetária” (PICCOLO, 2010, p. 129). Foi criado o Sistema Financeiro de Habitação tendo como agência principal o Banco Nacional de Habitação que utilizaria o FGTS como forma de depósito compulsório e forma de financiamento à moradia popular que daria ao governo todo o mérito das construções, no entanto sairia do bolso dos trabalhadores grande parte do custeamento das obras. Além disso, foram criados novos programas de seguro social - os já mencionados PIS-PASEP.

É perceptível que há uma consolidação dos conglomerados de financeiras, sobretudo privadas. Isso se dá pela reestruturação do sistema capitalista a nível mundial. É importante ressaltar que o Brasil não se insere – neste período – no ideário neoliberal, mas se apresenta participante da lógica capital-imperialista de forma subsidiada, isto é, o domínio do capital multinacional e associado se expande e atinge países da América Latina e o Brasil não estaria de fora.

Segundo Francisco de Oliveira em *A Economia da dependência imperfeita* (1977) o PAEG “não muda o padrão de acumulação sustentado na expansão do Departamento III¹⁴” e o remédio seria a contenção salarial. O fato de o padrão de acumulação estar baseado no departamento III demonstra que a produção estava voltada - sobretudo - para uma classe média empresarial possuidora do poder de compra de carros e outros produtos de difícil acesso à classe trabalhadora.

O capital financeiro, articulado aos oligopólios das multinacionais e transnacionais, passa a ser o modelo de capital que conduz a economia brasileira. No entanto, aliado ao capital industrial. Formam-se, assim, dois blocos capitalistas no Brasil: “um sólido bloco capitalista gerando lucros numa etapa de forte concentração de capital e o segundo bloco formado por empresas nacionais de capital privado nacional” (OLIVEIRA, 1977, p. 95).

Neste período já há, além da abertura maior a empresas de capital multinacional e associado, “a entrada de capitais sob a forma de empréstimo” (OLIVEIRA, 1977, p.97) que

¹⁴ “Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo aos trabalhadores (...) bens de consumo não duráveis; Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, (...) bens de consumo duráveis” (OLIVEIRA, 1977, p.77).

caracterizaria este período como “uma fase de preparação institucional da economia para o desempenho dos oligopólios” (OLIVEIRA, 1977, p.97) que potencializariam a acumulação de capital que poderá ser percebida entre 1969 e 1973 no Brasil.

Enquanto temos a interpretação de Francisco de Oliveira que prima pela análise de luta entre classes, Roberto Campos (1994) aponta que entre 1964 e 1967 houve no Brasil uma “austeridade fiscal e monetária, realismo cambial, taxas de juros positivas, abertura para o investimento estrangeiro e integração na comunidade financeira internacional” (CAMPOS, 1994, p. 58) e assume que alguns princípios adotados pelo PAEG são princípios adotados também por “países bem sucedidos” (CAMPOS, 1994, p. 58), isto é, estes países: “mantiveram a estabilidade de preços através de políticas monetárias e fiscais austeras; procuraram preservar estabilidade na macroeconomia e competição na microeconomia; investiram pesadamente em capital humano e em abertura internacional” (CAMPOS, 1994, p.58).

O argumento de Campos é perfeitamente válido para quem não pretende fazer a reflexão a respeito de quem é o verdadeiro favorecido com tais medidas, o que não é o caso do nosso trabalho. Procura-se aqui perceber os meandros relacionais utilizados pela fração burguesa financeira em prol da consolidação de seu projeto de condução do Estado Restrito. Os argumentos de Roberto Campos, portanto, são válidos tão somente para explicar a forma encontrada pela burguesia financeira para organização dos aparelhos da Sociedade Política.

O primeiro governo Empresarial-Militar buscou ‘preparar o terreno’ para as medidas desenvolvimentistas que seriam tomadas no “milagre econômico”. Para tanto, este período se utiliza de uma nova política salarial e trabalhista que tinha três objetivos principais, segundo Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2001): a) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; b) a criação de um “novo” sindicato, com funções mais assistencialistas que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora e; c) fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerce da coesão social. (MENDONÇA. FONTES, 2001, p.22).

CONCLUSÃO

Portanto, o “milagre econômico” tem suas bases na reestruturação do Sistema Financeiro Nacional e nas novas diretrizes econômicas adotadas pelo PAEG que visavam à estabilidade econômica necessária ao posterior desenvolvimento. Para o financiamento deste

projeto, inúmeros think tanks¹⁵ são utilizados ao longo das décadas de 1960 e 1970 a fim de que pudesse garantir a hegemonia do projeto de condução estatal tão almejado pela fração burguesa financeira aliada à fração industrial.

Como foi visto durante todo este trabalho, não houve um rompimento com a produção direcionada ao Departamento III que se mantinha hegemônico desde o governo de Juscelino Kubitschek, mas houve uma reorganização do aparato estatal em defesa do interesse da fração burguesa financeira.

REFERÊNCIAS:

- CAMPOS, Roberto. Planejamento e mercado na economia brasileira. IN: RAPOSO, Eduardo (org.). **1964 – 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- CARDOSO, Eliana. A inflação no Brasil. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. IN: **II Seminário livre pela saúde**. Belo Horizonte: caderno de textos, 2008.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. **Cadernos do cárcere. Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. IN: **Ensaio FEE**, v.29, n°2, Ago./dez,
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed., 1991.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **Historia do Brasil Recente**. São Paulo: Ática, 2001.

¹⁵ Segundo Denise Barbosa Gros (2008) think tanks são institutos privados de pesquisa que estão presentes no processo de formulação de políticas públicas que são financiados por doações de grandes empresas.

- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O Paeg e as políticas económicas dos anos 1960 e 1970. IN: MOURA, Alkimar (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niteroi: Tese de doutorado, 2010.
- RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento económico em meados do século XX. IN: **Revista de economia Mackenzie**, v.11, nº 1, p.58-74, São Paulo, Jan./Jun., 2013.
- RICHTER, Fabio Andreas. Neoliberalismo e estado: o choque de final de milênio. IN: **Revista Percursos**. Florianópolis, V.10. nº1, 22-33, 2009
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDRONI, Paulo. Verbete: Cepal. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- _____. Verbete: Correção monetária. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- _____. Verbete: Estabilização. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- _____. Verbete: FGTS. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- _____. Verbete: Imposto de renda. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- _____. Verbete: PASEP. IN: SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. IN: **Revista de desenvolvimento económico**, Salvador, ano VI, nº09, p.104-114, 2004.